

O CONCEITO DE DEMOCRACIA NA PROPOSTA DE REPRESENTAÇÃO CLASSISTA DO CLUBE 3 DE OUTUBRO

Fabírcia Carla Viviani¹

Resumo: O propósito deste trabalho é identificar qual é o conceito de representação submersa à proposta de representação classista (profissional), idealizada em 1932 pelo grupo tenentista do Clube 3 de Outubro. Diante do cenário mundial de crise do liberalismo e das críticas internas às formas de representação oligárquica, no qual a competição política se concretizava via partidos regionais, os “tenentes” visualizavam na organização corporativa o sustentáculo da construção da nação. Assim, seguiremos o pressuposto de que esse tipo de representação transcendia os fundamentos de representatividade da democrática liberal e se constituiria em uma ressignificação do conceito de representação a partir da concepção orgânica de sociedade. Tal hipótese sinaliza que nesse momento a tentativa de redefinição do conceito de representatividade democrática passaria da sociedade individualizada ao modelo de maior interferência da sociedade enquanto setores organizados coletivamente.

Palavras-Chave: Representação Classista; Democracia Orgânica; Clube 3 de Outubro

Abstract: The intention of this paper is to identify the concept of representation underlying the class (professional) representation proposition, idealized in 1932 by the Tenentista group “October 3rd Club”. Facing the world-wide scenario of the crisis of liberalism, and the internal criticism to the forms of oligarquichical representation, in which the political competition materialized itself through the regional parties, the lieutenants visualized in the corporate organization the basis sustaining the construction of the nation. Thus, we follow the hypothesis that this type of representation transcended the representational fundaments of liberal democracy and constituted itself into a re-signification for the concept of representation based on an organic concept of society. Such hypothesis signals that in this moment an attempt to redefine the concept of democratic representation would evolve from an individualized society to model of bigger interference from society constituted as collectively organized sectors

Key-words: class representation, organic democracy, October 3rd Club

Introdução

Nos anos 20 e 30, o modelo corporativo de organização da coletividade sob moldes da solidariedade orgânica refletiria o cenário de crise dos pressupostos do liberalismo. Os arranjos institucionais da representação democrática liberal passariam por abalos derivados do avanço dos ideais corporativistas, modelo que compreenderia a representação política sob um novo escopo: fundamentado em entidades corporativas, posicionando-se no âmbito do

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). fabriaviviani@yahoo.com.br

planejamento de formas de representatividade à margem dos partidos políticos e das disputas de interesses individuais na esfera pública.

Ainda que esse modelo tivesse nos países europeus formas mais expressivas de organização nacional, houve uma intensa propagação desses ideais por vários países, principalmente, diante do contexto de fortes abalos dos princípios liberais, agravados com a grande Depressão, e do avanço dos regimes totalitários. O Brasil foi um dos países influenciados por essas formas corporativas, sobretudo, a partir do início dos anos 30. Tais influências não se limitaram ao modelo de Estado orgânico, mas se referiam também ao conjunto de políticas e disposições institucionais para estruturar a representação de interesses e das atividades profissionais².

Nesse sentido, diante da crise da Primeira República e da experiência liberal no país, esses ideais corporativistas adquiriam fortes entonações na reestruturação político-social após a revolução de 1930. O corolário, em longo prazo, seria que o corporativismo se constituiria no embasamento do Estado brasileiro entre as décadas de 1930 e 1980, cunhando no processo de modernização um hibridismo entre liberal e corporativo; em curto prazo, o corporativismo foi apontado como solução para a vida social no imediato pós-30, ideário que resultaria na única experiência de representação corporativa no Brasil, no qual o modelo de organização política da nação estaria vinculado à representatividade das entidades profissionais.

A representação política das classes seria formulada pelos “tenentes” do Clube 3 de Outubro, em fevereiro de 1932, discutida no contexto constitucional e implementada na Assembléia Constituinte de 1934. Nesse ínterim, a representação classista constituir-se-ia na tentativa de edificação de uma representação política que transcendia os arranjos democráticos liberais praticados entre 1889 e 1930 para se elevar ao um novo modelo de organização social. Desta forma, o foco desse trabalho consiste na análise do modelo de representação política corporativa formulado pelos “tenentes” do Clube 3 de Outubro, tendo como objetivo captar as alternativas traçadas e os direcionamentos no momento de reordenamento jurídico que se configurou a partir da revolução de 1930 propostos pelos “tenentes”, no que se refere ao reconhecimento político de setores sociais excluídos da estrutura de representatividade antecedente a 1930. Assim, percorremos a hipótese de que, nessa formulação, subjacente ao conceito de representação política, havia uma proposição de fortalecimento da sociedade civil brasileira em um universo de valorização do Estado brasileiro. Ou seja, embora houvesse uma tendência de sobreposição do Estado à sociedade no

² Acerca das influências do corporativismo na América Latina e das diferenciações do modelo normativo da política de estatismo orgânico e suas formas efetivação, ver Stepan (1980).

Brasil³, os “tenentes” formulariam uma proposta de fortalecimento concomitante do Estado e da sociedade civil. Nesse sentido, ainda que a experiência da representação classista no Brasil não se limitasse a atuação dos “tenentes”, o foco de nossa análise se concentra nesse segmento buscando identificar suas peculiaridades no planejamento do Estado brasileiro pós-30.

Sendo assim, a análise do conceito de representação classista para os “tenentes” terá como base duas interfaces: qual o diagnóstico acerca do modelo representativo no Brasil e quais as características que apontam para um novo tipo de organização social a partir desse sistema de representação corporativa⁴. No primeiro aspecto, destacaremos como os membros do Clube 3 de Outubro avaliavam a situação do país anterior a 1930, destacando, sobretudo sua visão acerca da representação política exercida durante a Primeira República. Em seguida, buscar-se-á percorrer as concepções dos “tenentes” que conduziram à sistematização da proposta de representação classista no Brasil, destacando a singularidade desse grupo em relação a organização da nação.

No entanto, embora o núcleo desse texto seja analisar a experiência de representação classista no contexto brasileiro no início dos anos 30, não há como compreender esse modelo de representação descolado do contexto que gerou não apenas as condições ideológicas de sua formulação como também a conjuntura de crise tanto internacional, nas bases do liberalismo (período do final do XIX e primeira guerra mundial), quanto nacional, com as turbulências da Primeira República. Assim sendo, a apresentação de nossa problemática exige um interregno que possibilite compreender o universo sistêmico gerador dessa proposta, direcionando a discussão do percurso conjuntural em que essa representação emergiu e quais os desafios que ela buscou corresponder.

O contexto de crise internacional e nacional

Nos estudos sobre o pensamento político brasileiro um dos temas centrais versa sobre a compreensão do processo de construção de nossa modernidade. Tomando como ponto de partida a condição de desenvolvimento tardio e periférico, esta questão articula tanto nosso passado histórico quanto os dilemas atuais, uma vez que vários problemas enfrentados hoje têm raízes nas escolhas feitas durante o drástico processo de construção orientada da modernidade (entre as décadas de 1930/1970). Temas como identidade nacional,

³ Ver Brandão (2007).

⁴ Para reconstruir esse percurso utilizaremos documentos do Clube 3 de Outubro e de importantes personagens ligados à defesa da representação classista no contexto constitucional do início dos anos 30.

desenvolvimento, democracia e nação pertencem ao grande campo temático da superação da herança colonial em direção a uma sociedade urbana, industrial e moderna. Neste contexto, o entorno dos anos 30 é de importância capital, ponto de inflexão no processo de diferenciação e transformação histórica do país. Embora o processo de construção do Estado-Nação brasileiro permeie a história nacional desde o marco da Independência, a condição de hibridismo social (monarquia/império, escravatura, agrarismo) somente poderia ser superada na virada do século XX. Assim, a Revolução de 30 configura-se como ponto limítrofe da ruptura que as forças do moderno vinham engendrando e abrindo, passada a etapa revolucionária, um novo espaço de construção das normas sociais no momento constitucional de 1934. Nesse ínterim, a proposta de representação classista emergiria como uma forma de ressignificação do liberalismo e de suas formas institucionais de democracia. Os “tenentes” do Clube 3 de Outubro, endossando leituras acerca da incompatibilidade dos pressupostos liberais no Brasil, passariam a visualizar na representatividade orgânica, novas formas de organização social⁵.

A proposta de representação classista surgiu, assim, como alternativa ao modelo liberal democrático de representação política cuja essência seria a composição orgânica da sociedade civil. Diante de uma sociedade em que as idéias estariam *fora do lugar*, para os “tenentes” formuladores desse modelo de representação no Brasil, a alternativa não era a representação democrática liberal, mas a representação das corporações sociais organicamente organizadas.

Se por um lado a proposta de representação classista refletia uma situação nacional de crise da estrutura pré-30, por outro lado, essa proposta repercutia, em termos mundiais, o abalo gerado pela crise do liberalismo nos países centrais resultantes das crises cíclicas de superprodução, das disputas mundiais (duas Guerras Mundiais) e da falência da teoria clássica anteriormente predominante⁶. Desse ponto de mutação, as alternativas surgidas radicalizavam-se à direita e à esquerda (comunismo, fascismo, nazismo e as variações do corporativismo), tendo como versão suave o surgimento do regulacionismo social-democrata, colocando em cheque as instituições liberais de representação política.

O modelo de representação democrática liberal foi configurado a partir da segunda metade do século XIX e consistia em uma forma de representação em que todos os indivíduos, que reconhecidos como portadores de direitos políticos, são considerados como

⁵ Torres (1982); Vianna (1987); Santos (1978); Schwarz (2000).

⁶ Sobre a crítica dos pressupostos liberais clássicos de individualismo, “mão invisível” do mercado e de Estado ausente, consultar Jonh Keynes (1978). Para uma análise diferenciada de Keynes sobre o mesmo processo ver Antonio Gramsci (2001).

iguais, integrando à esfera pública enquanto defensores de interesses próprios. A disputa na representação liberal mantém os limítrofes dos indivíduos, ainda que organizados por instituições partidárias⁷. O modelo de representação liberal, portanto, remete-se a representação dos interesses individuais, estabelecido sob o crivo do processo eleitoral e respeitando a divisão dos poderes.

Em contrapartida, o modelo de representatividade corporativa teria como sustentáculo as corporações e associações profissionais. A prática corporativa de representatividade pressupõe uma organização política de acordo com as posições estruturais dos indivíduos na sociedade, correspondendo a interesses grupais e não de classes, no qual a representação política refletiria o interesse orgânico e sindical, organizada em grupos e expressada como tais. Nesse modelo, a democracia seria destacada como finalidade e não como prática, ou seja, o relevante no processo de representação seriam os grupos realmente inclusos na representatividade e não as práticas de escolhas partidárias.

Essa visão da teoria corporativa, que teve Mikail Manoilescu⁸ como um dos maiores influentes pensadores da teoria do corporativismo nos anos 20 e 30, confronta radicalmente com os pressupostos liberais, uma vez que para o Estado liberal o individualismo é o epicentro. À medida que a sociedade se diferenciava, o corporativismo se colocava como alternativa ao sistema democrático liberal por ser considerado, pelos seus defensores, como mais diferenciado, sendo mais condizente com a sociedade moderna complexa e estratificada. O sufrágio universal, portanto, seria “simplista e anti-orgânico” já que introduz nos regimes políticos uma “uniformidade” que na realidade seria ilusória.

Na situação nacional, diante de um cenário de crise da Primeira República, as transformações da estrutura social e política se colocavam, tais como modernização, urbanização, centralização e fortalecimento do Estado, cenário que delineava edificação de projetos de futuro e de novas formas de representação política. Esse processo de transformação e de enfrentamento das forças sociais desaguardaria na Constituinte de 1934, *locus* de confronto, discussões e negociações dentre os diversificados segmentos políticos. Nessa confrontação na esfera legal, as propostas de representação estavam submersas aos anseios de cada grupo, posto que os modelos de representação política integrassem esse arcabouço de propostas para a nação⁹.

⁷ Acerca do processo de construção da democracia em democracia liberal, ver Claus Offe (1984). Sobre a essência da representação política nos moldes da democracia liberal teria como essência a representação via partidos políticos, ver Sartori (1982).

⁸ MANOILESCU (1938).

⁹ Ver Cepêda (2008).

Tomando esse quadro como plausível, a hipótese aqui trabalhada é a de que a forma de representação política esboçada pelo movimento tenentista constituiria um projeto de sociedade mais amplo transcendendo a proposição de obstrução do retorno das oligarquias tradicionais ao poder do Estado. Nesse sentido, compreender as interfaces da elaboração da proposta enquanto diagnóstico do passado e as orientações ideológicas da concepção de futuro são fundamentais para captar qual o modelo de representação política submersa na proposta tenentista. Nesse sentido, após esse preâmbulo, a sessão que se segue tentará esboçar brevemente o universo de debates e confronto interno do Clube 3 de Outubro acerca dessa questão.

A formulação da proposta de representação classista pelos “tenentes” do Clube 3 de Outubro

O Clube 3 de Outubro, instituição tenentista criada em 1931 com o objetivo de defender a *obra revolucionária*, era um dos mais assíduos segmentos críticos à Primeira República. Para os “tenentes” outubristas, a política nacional deveria ser organizada a ponto de erradicar todo o *industrialismo político* predominante no país anterior a 1930, mas também deveria ser o alicerce da organização nacional. Essa idéia abre o *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil*¹⁰, formulado pelo Clube em fevereiro de 1932. Nesse documento, a instituição traz sistemáticas críticas à República Oligárquica, apontando que *foi toda uma mentira, uma república de interesses, de traidores da democracia e da pátria*, condutora da nação à desorganização administrativa e política. Tal República que teria afastado os *homens bons* da administração pública que foram substituídos *pela prática sistemática e ostentativa da mentira e da desonestidade*.

A democracia representativa até então exercida no Brasil era vista pelos “tenentes” como personalista. João Alberto, um dos líderes tenentistas, aponta que *até agora não se tem conseguido compreender o que quer dizer e fazer com democracia no Brasil isolando-a dos casos pessoais*¹¹. Nesse sentido, o sistema representativo partidário traduziria os interesses pessoais em detrimento da coletividade e da nação.

¹⁰ CLUBE 3 DE OUTUBRO. **Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil**. Rio de Janeiro, 1932. (Arquivo Clube 3 de Outubro). Esse programa consistiu na principal proposta de organização nacional do Clube 3 de Outubro, projeto que seria apresentado pelos “tenentes” na Constituinte de 1934.

¹¹ Carta de João Alberto a Mauricio Cardoso (30-11-1931). Arquivo Valdemar Falcão (CPDOC/FGV).

Diante desse cenário, após um longo processo de formação de uma consciência política¹², o tenentismo outubrista visualizaria a representação classista como alternativa ao poder das oligarquias no controle do sistema eleitoral e do Estado e projetava a construção da sociedade sob novas bases. Foi no *Esboço* que a defesa da representação classista foi detalhadamente formulada, no qual a realização da democracia no país, na visão dos “tenentes”, dependeria da entrega do *governo aos que trabalham e produzem*. Para os defensores, a representação classista *procurou-se atender da melhor maneira as características do meio brasileiro, dotando o sistema de sindicalização de uma articulação dúctil e simples, modelo que, sem preocupação de exclusivismos e predomínios de uma das classes sobre as outras, deveria criar um estado de harmonia e de equilíbrio entre todas as forças da produção, do trabalho e da cultura*¹³.

Portanto, a representação classista teria a função de conduzir a *harmonia e equilíbrio sociais*. Caberia ao Estado criar um ministério de organização social e de assistência que pudessem ampliar uma ofensiva estatal nesse setor, da mesma forma, que deveria criar leis que estimulassem a corporativização dos segmentos sociais¹⁴. Como destaca Themistocles Cavalcanti, a representação das classes deveria se constituir *como força renovadora de nossos hábitos políticos e criadora de um espírito social novo, que reconheça no trabalho e nas classes organizadas as poucas reservas capazes de salvar o Brasil*¹⁵. Nas palavras de Abelardo Marinho, *da ‘representação profissional’ é lícito esperar que promova a organização do trabalho, traga, ao parlamento, porta-vozes do maior número possível de atividades sociais, aperte os laços da federação e afaste as possibilidades de dissensões entre os que trabalham e produzem*¹⁶.

Esses pressupostos embasariam o esquema de execução desse modelo de representação política, proposto pelos “tenentes” no *Esboço*. Dever-se-ia adotar um sistema presidencialista forte com um legislativo eleito indiretamente, composto por representantes setoriais e territoriais. O poder Executivo teria toda soberania mediante o sistema de representação, *constituído em câmaras representativas das forças políticas nacionais e em câmaras representativas das associações profissionais organizadas e dos institutos e forças culturais do país*¹⁷.

¹² Ver Viviani (2009).

¹³ Arquivo Valdemar Falcão (CPDOC/FGV) VF V.C.V. pi 33.00.00 (?).

¹⁴ *Esboço*.

¹⁵ Sugestão de Cavalcanti, documento localizado no CPDOC/FGV: Arquivo AM cp df 31.11.01.

¹⁶ Carta de Abelardo Marinho a Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo Aranha (CPDOC/FGV) 33.01.09/d.

¹⁷ *Esboço*, p.15.

Essas câmaras teriam organizações semelhantes nos níveis municipais, estaduais e federais, no qual se subdividiriam em Câmara Representativa Profissional e Cultural e Câmara Representativa Política. Segundo o Esboço, essas Câmaras seriam orientadas, fiscalizadas e coordenadas pelos Conselhos Técnicos, órgãos permanentes de consulta obrigatória, que deveriam desenvolver planos que proporcionassem o desenvolvimento das *forças vitais da nacionalidade* e conduzissem o país ao *equilíbrio harmônico*. A capacidade técnica e o *espírito cívico* acompanhariam a ação desses Conselhos, não apenas impulsionando o desenvolvimento como também eliminando as forças contrárias a unidade nacional.

Destarte, a proposta da representação classista originou-se em dois *locus* diversos e obedecia a duas estratégias políticas distintas. Como proposta original foi levantada e defendida por parte dos tenentes (abrigados sob a rubrica do Clube 3 de Outubro) e defendida por parte dos membros dirigentes do governo Vargas. Sua fundamentação dava-se pela severa crítica ao modelo partidário que se estruturara no país durante a Primeira República, em primeiro lugar por funcionar como um arremedo de representação e de projeto político que, na prática permitia a condução e sustentação dos interesses oligárquicos sobre as massas (nítido vínculo com as teses de Oliveira Vianna); em segundo lugar pela incapacidade de representar, para além dos interesses das camadas oligárquicas, outra base que não fosse regional (os partidos da República Velha eram locais e especificamente instrumentais); em terceiro lugar, porque a própria natureza de partido acentuava o pior problema a ser enfrentado na construção da Nação brasileira: a criação ou valorização de uma identidade e um sentido de solidariedade nacional.

Esse modelo proposto pelo Clube 3 de Outubro diverge do modelo de Estado planejado por Oliveira Vianna (1947). Para este, a representação classista exigiria uma *organização preliminar*, no qual a ação e a transformação lenta e gradual dos agentes viriam pelos Conselhos Técnicos, considerados mais *úteis* e *fecundos* para expressar a participação das classes no Estado. Dada as condições históricas, sociais, econômicas e geográficas do Brasil, Oliveira Vianna considerava que a instituição da representação classista via decreto só poderia gerar organizações artificiais. Na visão do autor, a representação classista não poderia ser *decretada*, mas *construída* na realidade.

Ainda que compartilhem da matriz de pensamento fundamentado em Oliveira Vianna, que destacava o Estado como protagonista da modernização no Brasil, os “tenentes” do Clube 3 de Outubro compreendiam que o processo de construção do Estado forte seria indissociável do fortalecimento da sociedade civil. Enquanto que para Oliveira Vianna, a organização da

nação em classes precede a representação classista, para os “tenentes”, a organização da nação se realizaria concomitantemente a representação das classes.

Neste aspecto a proposta tenentista apropriava-se de um longo debate dentro do pensamento social brasileiro¹⁸, questionando a ausência de valores (e estruturas) individuais que garantissem o correto funcionamento de instituições liberais democráticas (que pressupõem auto-interesse bem compreendido, competição e norma cogente da maioria), e outro ângulo formulando uma via mais socialmente coesa para pensar o Estado a partir da nação e não do indivíduo. Por outro lado, a alternativa de uma nova forma organizacional e representativa, capaz de superar os limites e vícios do individualismo anterior, também funcionaria como anteparo ao agravamento de possibilidades mais radicais da luta de classes. De fato, embora a questão da representação corporativa (denominação de maior abrangência e conteúdo que a representação classista, profissional ou sindical) tenha sido abraçada por grupos próximos à concepção das contradições fatais entre as classes, a verdade é que ele também apareceu como paliativo e desvio dessa energia revolucionária. Se na boca dos “tenentes” esse era um propósito claro ou uma estratégia de convencimento político não cabe neste artigo, responder. Porém, de qualquer forma, supostamente esse modelo de representatividade, enquanto proposta, transcende a finalidade de obstrução do retorno ao Estado Oligárquico e se constituiria como aspecto tangencial ao “liberalismo às avessas” da Primeira República. Dada a situação de sociedade desorganizada, uma vez que os “tenentes” compartilhavam de alguns pressupostos de Oliveira Vianna, os caminhos apontados por esse segmento seriam outros: o fortalecimento da sociedade enquanto conjunto orgânico, cuja concepção de cidadão seria a “célula da sociedade política”, concomitantemente, a centralização e fortalecimento do Estado, proposição que consistia em uma alternativa ao modelo liberal e como expressão de sua concepção fundamental da representação de interesses individuais.

Fonte Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV):

Arquivo Antunes Maciel

Arquivo Clube 3 de Outubro

Arquivo Oswaldo Aranha

Arquivo Valdemar Falcão

¹⁸ Sob um aspecto ou outro, esta tradição agrega autores de várias extrações ideológicas como Sílvio Romero, Tavares Bastos, Manoel Bonfim, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral entre outros.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934. In: **Workshop Linhagens do Pensamento Político e Social brasileiro**. 2008.

CLUBE 3 DE OUTUBRO. **Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil**. Rio de Janeiro, 1932.

GRAMSCI. Antonio. **Os Cadernos do cárcere**. Volume 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KEYNES, Jonh. M. **Economia**. (Org. SZMRECSANYI.T. Textos de Keynes). São Paulo: Ática, 1978.

MANOILESCO, Mikail. **O século do corporativismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

OFFE, Claus. “A democracia partidária competitiva e o *Welfare State* Keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização”. In: **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (pgs.356-386).

SARTORI, Giovanni. **Partidos políticos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Editora da UnB, 1982.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

STEPAN, Alfred. **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. Introdução a um programa de organização nacional. São paulo: Nacional, 1982.

VIANNA, Luis Werneck. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. São Paulo: EDUSP; Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 1987.

_____. **Problemas de Política Objetiva**. São Paulo: Editora Nacional, 1947.

VIVIANI, Fabrícia Carla. **A trajetória política tenentista enquanto processo**. Do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932). 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2009.